

EDITORIAL

A 38ª edição da Revista UNIVERSITAS abre suas ponderações com pesquisas da área de Psicologia: *Contribuições da psicanálise no diagnóstico do transtorno do espectro autista*. Este artigo apresenta a história do autismo e as contribuições da psicanálise para sua compreensão. A psicanálise oferece *insights* relevantes sobre a experiência subjetiva de sujeitos autistas e suas relações interpessoais, proporcionando uma perspectiva mais humanizada. Nesse contexto, os psicanalistas desenvolveram instrumentos como o Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) e Acompanhamento Psicanalítico de Crianças em Escolas, Grupos e Instituições (APEGI), que possibilitam uma leitura do sujeito a partir do desenvolvimento da criança na sua relação com o/Outro.

Ainda nessa temática, *Tramas da inclusão: os desafios enfrentados na parceria entre escolas e pais de crianças autistas* analisa as tramas discursivas que configuram a relação entre famílias e escolas na inclusão de crianças autistas, a partir de entrevistas qualitativas com mães e gestoras escolares. Fundamentado na psicanálise e nos conceitos de transferência, luto, borda autística e lógica do não-todo, o trabalho problematiza a inclusão como prática tensionada pela incompletude de pessoas autistas e instituições.

Na área contábil, *O impacto da tecnologia na transformação contábil: uma perspectiva de evolução* aborda os impactos das tecnologias digitais no setor contábil, destacando como as ferramentas automação, inteligência

artificial e sistemas integrados estão remodelando os processos e o papel do contador. A análise baseia-se em uma revisão bibliográfica e em dados coletados por questionários aplicados a profissionais e acadêmicos da área. O estudo identifica desafios significativos, como a necessidade de capacitação constante e adaptação a novas demandas tecnológicas, mas também aponta oportunidades promissoras, como maior eficiência operacional e expansão do papel estratégico do contador.

A discussão na área jurídica é iniciada pela apresentação de *Por que ainda precisamos falar em igualdade no mercado de trabalho?* que analisa as persistentes desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro, demonstrando que, apesar dos avanços legais, os obstáculos estruturais e culturais permanecem. Por meio de dados empíricos de fontes como FGV, IBGE e DIEESE, o texto evidencia disparidades salariais, barreiras à liderança e a dupla vulnerabilidade enfrentada por mulheres negras.

O ensino da sociologia jurídica no Brasil: análise histórica, curricular e desafios contemporâneos investiga o ensino da Sociologia Jurídica no Brasil, examinando sua trajetória histórica, sua relação essencial com o Direito e os desafios contemporâneos que enfrenta no ambiente educacional. A partir de uma metodologia baseada em revisão bibliográfica e análise documental, o estudo percorre a gênese da Sociologia como ciência, a evolução dos cursos jurídicos da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a inserção da disciplina no ensino médio e superior.

O artigo *A vulnerabilidade da mulher e a evolução normativa de proteção contra a violência no Brasil* analisa a condição de vulnerabilidade da mulher

e a evolução normativa de proteção contra a violência de gênero no Brasil. Utilizando uma metodologia dedutiva e análise documental de legislações, julgados e doutrina, o estudo percorre a trajetória histórica da subjugação feminina, desde o patriarcado até a conquista de direitos fundamentais.

Tributação e desigualdade social: análise da relação entre o sistema tributário e sua influência na distribuição de renda no Brasil teve como objetivo examinar, de forma crítica, a relação entre o sistema tributário brasileiro e a distribuição de renda, destacando os impactos da tributação na intensificação das desigualdades sociais. Para tanto, analisou os fundamentos constitucionais da equidade fiscal, enfatizando princípios como isonomia, capacidade contributiva, progressividade e seletividade, previstos na Constituição Federal de 1988, mas muitas vezes aplicados de forma limitada na prática.